Usando das faculdades conferidas ao Poder Executivo pela lei n.º 491, de 12 de Março de 1916, sob proposta do Ministro da Marinha e ouvido o Conselho de Ministros:

Hei por bem decretar que, durante o estado de guerra, um official superior da administração naval, reformado, coadjuvado pelo número de sargentos, também reformados, que forem necessários, seja encarregado do expediente geral relativo à requisição de fundos, quer pessoal, quer de material, feita por todas as estações dependentes do Ministério da Marinha que tenham de ser pagas pela verba das «Despesas excepcionais resultantes da guerra», cumprindo-lhe a organização dos respectivos processos para seguirem, depois das formalidades legais, para o Ministério das Finanças, bem como fazer as necessárias comunicações às entidades interessadas após a recepção dos avisos do Ministério das Finanças, indicando as ordens de pagamento.

Cumpre-lhe igualmente comunicar mensalmente à Comissão Permanente Liquidatária de Responsabilidades o número, importancia e destino das ordens de pagamento do Ministério das Finanças, de forma que esta esteja habilitada a verificar e fiscalizar a aplicação das importâncias recebidas pela verba das «Despesas excepcionais resultantes da guerra».

O official superior da administração naval, reformado, perceberá a remuneração mensal de 40\$, paga pelas despesas da guerra, e os sargentos reformados vencerão as gratificações estabelecidas pelo artigo 11.º do decreto de 29 de Maio de 1907, e artigo 11.º do decreto n.º 3:142, de 17 de Maio de 1917.

Se não existirem sargentos reformados hábeis para este serviço, poderá o mesmo ser confiado a officiais subalternos reformados, em número não excedente a três, com a remuneração mensal de 12\$, pagos também pelas despesas da guerra.

Todo este serviço será desempenhado junto da sede da Comissão Permanente Liquidatária de Responsabilidades, à qual compete dar instruções complementares para a execução deste decreto.

Os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 10 de Julho de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *Afonso Costa* — *Artur R. de Almeida Ribeiro* — *Alexandre Braga* — *José Mendes Ribeiro Norton de Matos* — *José António Arantes Pedroso* — *Augusto Luis Vieira Soares* — *Herculano Jorge Galhardo* — *Ernesto Jardim de Vilhena* — *José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães* — *Eduardo Alberto Lima Basto*.

Direcção Geral da Marinha

2.ª Repartição

LEI N.º 735

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Nas águas territoriais portuguezas é prohibida a pesca às embarcações estrangeiras.

Art. 2.º O limite de tais águas, para os efeitos de pesca, é determinado, em relação aos pescadores estrangeiros, pela linha adoptada na legislação em vigor dos seus respectivos países à data da promulgação da presente lei.

Art. 3.º Ficam revogados o artigo 1.º da lei de 26 de Outubro de 1909 e o artigo 1.º da lei n.º 185, de 5 de Junho de 1914.

O Ministro da Marinha a faça imprimir, publicar e correr. Paços do Governo da República, 10 de Julho de 1917. — BERNARDINO MACHADO — *José António Arantes Pedroso*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

2.ª Repartição

PORTARIA N.º 1:014

Atendendo a que a portaria ministerial de 8 de Agosto de 1911 apenas autoriza subsídios diários para os empregados do Estado que em viagem para as colónias portuguezas do Oriente, de regresso das mesmas colónias, ou ainda quando transitarem de umas para outras, se vêem obrigados a esperar transporte em portos estrangeiros;

Considerando que a esses empregados succede com frequência terem de demorar-se também em portos nacionais, por falta de navio directo para aquelas colónias:

Manda o Governo da República Portugueza, pelo Ministro das Colónias, observar o seguinte:

Aos empregados do Estado que viajarem para as colónias do Oriente, que delas regressarem, ou transitarem de umas para outras, em serviço, e que se demorem em portos nacionais, por falta de transporte, serão concedidos os subsídios a que se refere o artigo 2.º da portaria ministerial de 8 de Agosto de 1911, aumentados de 30 por cento, emquanto durar a actual guerra.

Paços do Governo da República, 10 de Julho de 1917. — O Ministro das Colónias, *Ernesto Jardim de Vilhena*.